



A Educação Popular como aliada na luta pelo direito à saúde no contexto da transposição do rio São Francisco

Popular Education as an ally in the fight for the right to health in peasant communities affected by the transposition of the São Francisco river

Resumo

O presente artigo busca narrar a experiência de uma formação de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde realizada pelo Programa de Extensão Universitária “TransVERgente”, em parceria com três comunidades camponesas afetadas pelas obras da transposição do rio São Francisco no município de Sertânia, no Sertão Pernambucano. Partindo da proposta da Educação Popular em Saúde, adotou-se a metodologia dos círculos de cultura como recurso mobilizador para a realização de oito encontros grupais semanais, com oito moradores de cada comunidade, ao longo de dois meses. A proposta da formação tinha como sentido principal a formação de lideranças, visando à mobilização comunitária e à produção de autonomia nesses territórios, na direção da reivindicação do direito à reparação à saúde, face às vulnerabilizações vivenciadas no contexto de execução das obras da transposição, que reverberam ainda hoje em suas vidas. Neste percurso, foi possível construir uma concepção de saúde como fenômeno amplo e multidimensional, que atravessa e é atravessado por diversas ressonâncias provocadas pelo megaempreendimento nesses territórios, identificando os principais desafios, bem como vislumbrando alternativas e aliados para o enfrentamento às precariedades vivenciadas em cada comunidade.

Palavras-chave: educação popular; direito à saúde; comunidades rurais; transposição do rio São Francisco.

Ana Letícia Cordeiro de Melo
Giselle Oliveira Santos
Emilly Aiany de Araújo Brito
Renata Pereira Farias
Suely Emilia de Barros Santos
Clarissa de Oliveira G. M. da Cunha

analeticia.melo@upe.br

Universidade de Pernambuco

Abstract

This article seeks to narrate the experience of training Community Mobilizers in Health carried out by the University Extension Program “TransVERgente”, in partnership with three peasant communities affected by the transposition works of the São Francisco River in the municipality of Sertânia, in the Sertão Pernambuco. Based on the Popular Education in Health proposal, the methodology of culture circles was adopted as a mobilizing resource for holding eight weekly group meetings, with eight residents of each community, over two months. The training proposal had as its main meaning the formation of leaders, aiming at community mobilization and the production of autonomy in these territories, in the direction of claiming the right to health repairs, in view of the vulnerabilities experienced in the context of the execution of the transposition works, which still reverberate in their lives today. In this path, it was possible to build a conception of health as a broad and multidimensional phenomenon, which crosses and is crossed by several resonances caused by the mega-project in these territories, identifying the main challenges, as well as envisioning alternatives and allies to face the precariousness experienced in each community.

Keywords: popular education; right to health; rural communities; transposition of São Francisco river.

INTRODUÇÃO

“Saúde é a capacidade de lutar contra tudo o que nos oprime.”
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra¹

¹Lema do Encontro do Setor Nacional de Saúde do MST, realizado em 2015, em Luziânia, Goiás (SILVA; PRADA, 2019).

Entre controvérsias ambientais, econômicas e políticas, o audacioso projeto de transpor as águas do rio São Francisco está nos holofotes midiáticos desde 2007 e repercute até os dias atuais, dividindo opiniões acerca das benesses e dos malefícios de sua realização. Gerida pelo então Ministério da Integração Nacional, a obra se estendeu pelo Nordeste Setentrional, mais especificamente no Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com a promessa de levar água às regiões nordestinas historicamente maltratadas pela seca (BRASIL, 2020).

O megaempreendimento surge no bojo do conjunto de medidas de caráter neodesenvolvimentista que marca a atuação dos governos latinoamericanos nas últimas décadas. Trata-se de uma perspectiva de caráter redistributivo, na medida em que a narrativa defendida é a da diminuição das desigualdades sociais através do crescimento econômico almejado através de grandes obras de infraestrutura (BRITO, 2021). Contudo, discute-se acerca da roupagem neoliberal desta agenda, que consiste na abertura submissa do Estado às especulações do capital financeiro na execução de megaprojetos e na imposição de vulnerabilidades entre as populações mais frágeis por elas atravessadas, em especial as comunidades tradicionais (LANG, 2016).

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), tais comunidades são caracterizadas por:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, n.p).

Importa salientar que, no que se refere a esses grupos, a política os compreende como os povos das águas, das florestas e do campo, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, incluindo também, no que concerne aos povos do campo – ou da terra – os agricultores familiares. Refletindo sobre o que acontece quando megaempreendimentos são instalados em territórios tradicionalmente ocupados por essas populações, Júnior et al. (2020) apontam para os impactos socioambientais produzidos por obras de grandes dimensões nesses contextos, na medida em que, marcadas por um viés exploratório, desconsideram e perturbam os modos tradicionais de vida ali mantidos.

Evidenciam-se, assim, uma série de transformações territoriais que engendram diversos processos de vulnerabilização ambiental, social, cultural, sanitária entre outros. Embora se prometam muitos benefícios com a realização desses projetos, a realidade aponta para a tendência de que as populações mais vulneráveis, como as comunidades tradicionais, sejam expostas à convivência com danos materiais e simbólicos decorrentes da instalação de intervenções tecnológicas, das quais muitas das vezes não usufruem de suas benesses, sendo, portanto, submetidas a uma condição de injustiça ambiental (SILVA; BERGER, 2022).

²Desde 2018, o programa acompanha o povo camponês de Sertânia – PE que vive um processo de vulnerabilização em decorrência das obras da transposição do rio São Francisco em seu território. O TransVERgente conta com uma equipe multiprofissional e interdisciplinar composta por profissionais e estudantes da graduação e da pós-graduação, nas áreas de Psicologia, Direito, Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Saúde Mental e Saúde Coletiva.

Quando falamos no megaempreendimento da transposição do rio São Francisco, sua principal motivação anunciada soa nobre: levar água ao Sertão nordestino e pôr fim ao cenário de gerações de famílias atingidas pelo fenômeno climático da seca, fomentando a agricultura familiar, movimentando a economia e gerando qualidade de vida (BRASIL, 2020). Todavia, diversos estudos apontam para as contradições na execução do megaprojeto, em especial o privilégio do abastecimento de água para latifúndios e centros urbanos, a violação de direitos ocorrida no contexto das desapropriações compulsórias e a imposição de processos de vulnerabilização em saúde a essas populações (DOMINGUES, 2016; GUIMARÃES; MARQUES; SANTOS, 2021).

Nesse cenário, destaca-se o surgimento ou o agravamento de uma série de adoecimentos em face da chegada da transposição, como hipertensão, insônia, depressão, ansiedade, abuso de drogas e outros transtornos associados às transformações que a transposição provocou nos territórios. Além do mais, não se observam ações contundentes de assistência à saúde das populações diante de tais ressonâncias da passagem do megaempreendimento em suas vidas (SILVA; GOMES, 2021). Assim, diante da observância desse cenário de violências e da ausência de iniciativas de reparos à saúde da população atravessada pelo megaempreendimento em questão, o Programa de Extensão Universitária “TransVERgente”², com uma proposta decolonial de reparação comunitária, nasce da intenção de olhar para a questão do direito à saúde de comunidades camponesas atingidas no entorno do eixo leste das obras, em Sertânia, Sertão Pernambucano.

Desse modo, desde 2018, três (03) comunidades são acompanhadas pelo programa. São elas: Sítio Cipó, Cooperativa Hortifruti-Granjeiro e Vila Produtiva Rural Salão, sendo esta um reassentamento construído pelo Ministério da Integração Nacional, dentro do Programa de Reassentamento de Populações da Transposição. Juntamente às três comunidades, o programa atuou ao longo dos anos pela via de uma proposta interdisciplinar, colocando-se como um parceiro dessas populações, na denúncia e na reivindicação, na direção do direito à saúde que lhes foi negado no contexto de execução da transposição. Nesse viés, nossa atuação caminha na busca da promoção de autonomia e de possibilidades de fortalecimento da articulação comunitária, tendo em vista as reivindicações específicas de cada território.

É sob essa perspectiva que foi pensada a formação de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde, construída pelo TransVERgente com cada comunidade, em 2021, na intenção de estimular a formação de lideranças que pudessem mobilizar e articular o grupo no qual estivessem inseridos/as, em prol da superação dos desafios que emergissem em seus cotidianos e que atravessassem as suas condições de saúde. O programa atua de forma multi e interdisciplinar, e conta com uma equipe de discentes extensionistas da graduação e profissionais das áreas de Direito, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Saúde Coletiva e Saúde Mental. Nesse viés, a partir da perspectiva teórica da Educação Popular em Saúde, com encontros semanais mediados por círculos de cultura, pudemos discutir “saúde” como um fenômeno coletivo amplo, multidimensional e transversalizado por camadas sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais dentre outras, e vislumbrar possibilidades de enfrentamento aos processos de vulnerabilidades identificados nos territórios.

Desse modo, a partir da experiência da referida proposta de formação, pretendemos aqui tecer reflexões sobre a potência política de ação da extensão, mediante a Educação Popular em Saúde ativada como potencializadora da autonomia das comunidades, na luta pelos direitos que lhes foram negados e na construção de respostas assertivas às injustiças socioambientais às quais foram expostas. Assim, discutimos a potência da proposta aqui narrada, em relação ao engajamento e à articulação dos/as participantes-colaboradores/as do programa em prol do enfrentamento aos desafios cotidianos vividos pelos povos camponeses atingidos pela transposição do rio São Francisco. Ainda, refletimos sobre as especificidades de cada território, na medida em que cada um expressou uma trajetória singular ao longo do curso, bem como os desafios com os quais nos deparamos nesse processo.

³Elaborado pelo CAAE: 33753220.6.0000.5191 e aprovado pelo Comitê de Ética, a partir do parecer 4.287.712.

Caminhos metódicos: trilhando possibilidades de intervenção em ação

As ações aqui realizadas estão abrigadas no projeto guarda-chuva “Entrelaces de saberes com povos da terra: interlocuções entre ambiente, educação e direito à saúde”³. Utilizando-se da Cartografia Clínica (MORATO, 2017), desde 2018, as ações do programa TransVERgente, através da escuta de narrativas e de construções coparticipativas entre extensionistas e comunidades, partem das andanças pelos territórios de populações camponesas residentes em três comunidades: Sítio Cipó, Vila Produtiva Rural Salão e Cooperativa Hortifrutigranjeiro. Nesta direção, a atitude clínica cartográfica “diz de um modo de se dispor indicando humor ou ação, disposição para agir em direção a pessoas, grupos, situações, inclinando-se para aprender e compreender” (MORATO, 2017, p. 25), possibilitando a intervenção em ação.

Diante disso, a partir do vínculo existente entre a equipe e o povo camponês, bem como das demandas desveladas ao longo dos encontros nos territórios, em 2021, surgiu a proposta do curso Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde, elaborado através de uma interface entre a Educação Popular e os Círculos de Cultura de Paulo Freire (2019), na busca de compreender e discutir algumas temáticas significativas para cada uma das três comunidades alocadas em Sertânia/PE. Sendo assim, mediante a escuta das vivências dos/as camponeses/as, foi pensada a construção do curso citado acima, sendo essa proposta somada à perspectiva da Educação Popular em Saúde, que é uma prática atravessada por questões e ações que põem em cena o diálogo com a diversidade dos múltiplos saberes, os valorizando e incentivando a produção desses conhecimentos (BRASIL, 2013).

Como um caminho metodológico integrante da Educação Popular, os Círculos de Cultura (FREIRE, 2019) trazem uma concepção que promove a reflexão e o fazer do curso de maneira mais horizontal, ou seja, partem de uma construção coparticipativa entre profissionais e camponeses/as, valorizando os saberes e as realidades locais, visto que a educação e a construção do conhecimento partem também da vivência. O curso surge, então, com o objetivo de promover junto à comunidade a formação dos/as camponeses/as enquanto mobilizadores/as da saúde em seus territórios. Nesse sentido, comungamos da visão de Freire e Horton (2011), quando consideram o diálogo como sendo um ampliador da consciência crítica.

Prosseguindo, a organização do curso funcionou da seguinte maneira: foram propostos oito encontros por comunidade, com frequência semanal, no perí-

odo compreendido entre os meses de agosto a outubro, contando com aproximadamente oito (08) pessoas inscritas por comunidade, respeitando-se as orientações sanitárias de prevenção à COVID-19, através do distanciamento social, do uso de máscaras e da distribuição de álcool 70%. O entrelaçamento das demandas se deu tal como a tessitura de uma colcha de retalhos que, mesmo em tons e formatos diferentes, não deixam de se unir pelas costuras. Por conseguinte, no oitavo encontro, os/as participantes apresentaram uma síntese dos círculos de cultura e dos encaminhamentos construídos.

Conhecer a realidade para transformar: a Educação Popular e os Círculos de Cultura como mobilizadores da ação em território

No primeiro encontro, a proposta do curso foi apresentada às pessoas que compareceram, e ali mesmo, em coletividade, foram eleitos os temas geradores considerados relevantes para que pudéssemos refletir sobre a mobilização comunitária em saúde. Essas temáticas, que passaram a ser debatidas e trabalhadas em cada comunidade no decorrer dos encontros, foram: Perspectivas para a juventude; Direito à saúde; Promoção de bem-estar diante da pandemia: Saúde mental; Geração de renda; Espaços de lazer; Direito e cidadania; Acesso e distribuição de água; Agroecologia; Direito à água na transposição; Cultura e ação social; Horta comunitária; e, por fim, Reconstrução da associação comunitária.

O curso aconteceu nas quintas-feiras (à tarde) e sextas-feiras (pela manhã e à tarde), e cada encontro teve duração média de duas horas. É necessário pontuar que, em todos os encontros, foi possível construir uma interlocução muito nítida entre os temas descritos acima e o tema geral “saúde”. Outrossim, o debate em torno das temáticas em questão possibilitou o diálogo sobre o bem-estar na pandemia, principalmente em momentos nos quais discutimos sobre saúde mental, direito à saúde, acesso e distribuição da água e outros temas enfocados. Dessa maneira, considerando-se a diversidade das discussões propostas, compreendemos que o trabalho multidisciplinar dos/as extensionistas e profissionais da extensão se mostrou como sendo de extrema importância.

O primeiro encontro simbolizou ainda a abertura e o mapeamento participativo das temáticas. Considerando-se que a construção a partir de temas geradores diz respeito às aspirações, aos saberes e às visões de mundo dos/as participantes de cada comunidade, pudemos elencar as propostas levantadas nesse primeiro momento, para, assim, sistematizarmos os temas dos demais encontros. Foram levantadas, no sítio Cipó, as seguintes temáticas: Perspectiva para a juventude da comunidade; Direito à saúde; Direito à cidadania; Promoção à saúde mental; Geração de renda; e Espaços de lazer. Já na Cooperativa Hortifrutigranjeiro, foram propostas as temáticas: Acesso e distribuição de água na comunidade; Direito à saúde; Direito à cidadania; Geração de renda; e Agroecologia. Por fim, a comunidade da Vila Produtiva Rural Salão estabeleceu enquanto temas a serem discutidos durante o curso as seguintes temáticas: Acesso à água; Direito à saúde; Cultura e ação social; Criação de hortas comunitárias; e Reconstrução da Associação de Moradores.

No decorrer do curso, os/as extensionistas do programa se reuniram semanalmente para compartilharem vivências, com o objetivo de atualizar as temáticas e os encaminhamentos realizados durante o encontro feito em cada comunidade, com todo o grupo. As idas ao território foram vivenciadas em pequenos grupos, de aproximadamente quatro ou cinco pessoas, sendo sua formação alternada entre extensionistas da graduação, técnicos/as, professores/as e uma psicóloga residente. Assim, três aspectos foram facilitados: o da logística, por consequência da distância e da dificuldade de locomoção de todo o grupo para os territórios; o do aprofundamento de discussões de temáticas mais direcionadas para algumas áreas específicas, como as de “direito e cidadania”, de “agroecologia” dentre outras; e o do fator COVID-19, que exigiu, na execução das atividades, uma quantidade limitada de pessoas presentes.

Nessas reuniões entre extensionistas, foram discutidos não somente os encaminhamentos realizados em cada território, como também apresentaram-se as propostas a serem trabalhadas na semana posterior pela equipe presente, por meio de um momento de debate, alterações e indicações compartilhadas pelos/as integrantes do programa. Dessa maneira, mesmo que o nosso coletivo de extensionistas não estivesse integralmente presente em todas as reuniões nas comunidades, estivemos presentes nas discussões prévias dos encaminhamentos e das propostas a serem trabalhadas nos territórios, aspecto que possibilitou a construção de uma continuidade para as atividades.

Ainda, no contexto dessas reuniões semanais, era possível à equipe repensar os recursos a serem utilizados nas semanas subsequentes, e até mesmo incluir ou excluir temáticas, após discussão junto ao grupo de mobilizadores/as, conforme as demandas eram evidenciadas pela experiência da caminhada. Essa flexibilidade foi facilitada em virtude do aporte metodológico utilizado, que não parte de uma sistematização pré-concebida, mas que vai sendo tecido coletivamente de modo processual, a partir da vivência.

Já o último encontro foi realizado com os objetivos de proporcionar um desfecho ao curso e iniciar a abertura de processos de mobilização feitos pelos/as próprios/as sertanejos/as, de modo autônomo. O encerramento do curso nos territórios rurais do sítio Cipó e da Cooperativa Hortifrutí-Granjeiro reuniu comunitários/as, lideranças, extensionistas e representações públicas, através de convite realizado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Sertânia/PE, à Secretaria de Saúde, à Secretaria de Agricultura e ao Gestor Público da Prefeitura. Foram momentos de confraternização e festividade, contando com feiras de produtos locais, tais como artesanato, apicultura e ervas medicinais, bem como com apresentações culturais e exibição da premiação da equipe de futebol feminino de uma das comunidades. É importante situar que esse momento celebrativo que marcou o encerramento das atividades aqui referidas não ocorreu na Vila Produtiva Rural Salão, tendo em vista a própria dinâmica de articulação entre comunitários. No entanto, mobilizamos uma reunião com os/as representantes da comunidade citada acima.

Ademais, no que concerne à avaliação do processo formativo e de devolutiva para as comunidades, ao final do curso, foram realizadas pelos/as mobilizadores/

as em saúde apresentações finais construídas coletivamente em cada comunidade. Além de ser um momento de apresentação da síntese daquilo que foi experienciado ao longo da formação, essa etapa também contou com a reunião e a exibição de produtos de uso medicinal, de alimentos orgânicos e de artesanatos produzidos pelos/as próprios/as mobilizadores/as em seus territórios, no decorrer do curso.

Ainda durante os encontros de encerramento, foram oferecidas pelo TransVERgente ações multiprofissionais e interdisciplinares, uma vez que as comunidades expuseram o desejo de que algumas delas fossem realizadas em seus territórios, como: aferição de pressão, auriculoterapia, atendimento médico e atendimento psicológico na modalidade de prática do Plantão Psicológico, bem como ações voltadas para as áreas do Direito e da Educação, como as de encaminhamento e orientação jurídica e atividades voltadas para a educação popular.

Além dos aspectos de devolutiva e de confraternização já mencionados, o encerramento na Cooperativa Hortifruti-Granjeiro foi marcado pelo fortalecimento da mobilização social, na construção de planos de ação para a compra e a instalação de uma bomba-d'água, com o intuito de garantir a sobrevivência, a dignidade e o plantio na comunidade que é marcada pelo desabastecimento. No Sítio Cipó, o desfecho do curso foi evidenciado pela retomada dos jogos de futebol feminino do time da comunidade, após dois anos de pandemia. Nessa comunidade, o futebol de mulheres apareceu como referência nas práticas de cuidado, convivência e resistência política frente aos impactos da transposição. Já na VPR Salão, a ausência de um evento celebrativo e da apresentação final explicitou o impasse da criação de vínculos entre os/as moradores e da formação da Associação de Moradores, identificado, desde o primeiro círculo de cultura, a partir do trabalho com os temas geradores.

A partir do curso, práticas de Educação Popular em saúde foram fortalecidas e firmadas junto às comunidades pela via do compartilhamento de vivências e saberes, mesmo diante de contextos desafiadores para o processo de mobilização entre os/as comunitários/as. Após a finalização do curso em 2021, a equipe do TransVERgente voltou ao território em 2022, para que, coletivamente, fossem traçadas as ações de continuidade do Programa ao longo do ano. Tendo em vista as construções tecidas ao longo da formação de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde, bem como a síntese apresentada na finalização do curso, alguns desdobramentos se desvelaram como caminhos possíveis para darmos continuidade às ações e às reivindicações em torno das demandas de cada comunidade.

Dentre eles, destacamos: acompanhar a reativação da Associação dos Moradores de VPR Salão; auxiliar os/as moradores/as acerca do reconhecimento da “associação” ou “cooperativa” em Hortifruti-Granjeiro; propor um curso sobre mídias digitais para a juventude em Sítio Cipó; dirimir as dúvidas da população quanto aos seus direitos, pela via das orientações jurídicas encaminhadas pelos/as extensionistas; e promover a escuta psicológica solicitada nas três comunidades.

Produzir saúde também é lutar por direitos: os Círculos de Cultura em coparticipação com as distintas ruralidades

A partir da experiência aqui narrada, percebe-se que, sem a superação das demandas levantadas nos círculos de cultura, não há garantia de saúde para as populações das três comunidades com as quais o projeto TransVERgente teve contato. A falta de acessibilidade e acesso aos dispositivos de saúde foi colocada como desafio juntamente à impossibilidade de exercer a agricultura em função da falta de acesso à água gerada pela transposição. Nesse viés, discutimos os impactos gerados por grandes obras à saúde das populações afetadas, em especial no que se refere às alterações produzidas nos territórios e nos modos tradicionais de vida. Ainda, refletimos sobre a importância de que o direito à saúde seja pensado sob uma ótica interdisciplinar capaz de perceber as articulações das vulnerabilidades produzidas nesses territórios, e como estas atravessam diretamente as condições de saúde das populações envolvidas.

Quanto ao desenrolar dos círculos de cultura em cada território, é necessário ressaltar que as temáticas circularam nas comunidades de acordo com as especificidades de cada uma e dos temas geradores propostos pelos/as participantes no primeiro encontro. Assim, uma vez que o curso diz respeito à singularidade e ao movimento de cada uma das três comunidades, algumas temáticas estiveram presentes em apenas algumas delas, e outras foram compartilhadas entre os três territórios. Nesse sentido, Landini *et al.* (2015) lembram que pensar a questão das “ruralidades” pressupõe que as mesmas não são homogêneas e não funcionam da mesma forma.

O curso possibilitou o estreitamento de vínculos, bem como se mostrou enquanto abertura para a construção coletiva de caminhos de cuidado para os/as participantes. No caso da Cooperativa Hortifruti-Granjeiro e do Sítio Cipó, esse cuidado estende-se à comunidade como um todo. Tais dimensões puderam se presentificar no encerramento festivo realizado nos dois territórios, sendo esse momento de celebração, lazer e integração comunitária também uma ocasião de encaminhamento de demandas. Na VPR Salão, todavia, essa etapa de desfecho ocorreu de modo diferente, pois se deu com pouca adesão dos/as participantes do curso, visto que sua comunidade não havia sido mobilizada.

Entretanto, estiveram presentes no desfecho do curso na VPR Salão os/as representantes da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Agricultura e da vice-prefeitura. Nesse sentido, mesmo com a pouca participação da comunidade, foi possível haver um momento de escuta e compartilhamento com os/as gestores/as acerca das precariedades encontradas na VPR Salão. Dentre elas, destacaram-se, sobretudo: a escassez de acesso à água; a ausência de um dispositivo de saúde no território; as limitações para o exercício da agricultura familiar, questão que toca na problemática do acesso à água; e também as restrições quanto ao uso dos terrenos de cultivo impostas pelo Ministério da Integração Nacional, responsável pela manutenção da VPR Salão.

Considerando-se a dificuldade de mobilização da comunidade para esse

momento de desfecho da formação, de transmissão do que fora construído e de reivindicação junto aos/às gestores/as públicos/as presentes, compreendemos que isso reflete o desafio de articulação expressado pela comunidade durante todo o percurso da nossa ação extensionista junto a ela. Nessa direção, discutimos as especificidades desse território em particular que, em virtude de seu processo de reassentamento compulsório de populações advindas de diversos outros lugares, apresenta, desde o início de nosso contato enquanto extensão, a marca da desmobilização comunitária e a fragilidade dos vínculos socioafetivos entre os/as moradores/as (SILVA; SANTOS, 2020).

Observamos também que, na Vila, os encontros foram se esvaziando ao longo das semanas, além de se desenrolarem em torno de uma tendência à queixa – em alguns momentos –, numa relação de sentido fatalista em relação às condições de vida evidenciadas nos círculos de cultura. Tal atmosfera de fatalismo nos recorda a compreensão de Martín-Baró (2017) quando reflete sobre os fenômenos psicossociais presentificados de formas diferenciadas nas experiências do povo latino-americano. Para o autor, esses fenômenos se expressam numa compreensão resignada de que a realidade é imutável e inevitavelmente trágica, trazendo o fatalismo como uma atitude frente à própria condição, o que limita a capacidade de vislumbrar possibilidades de mudança e de inclinar-se à ação.

Além de refletir sobre o fatalismo como um fenômeno de matriz sociocultural, o autor discute os seus determinantes históricos, políticos e econômicos, como a condição histórica de exploração e subalternidade à qual o povo latino-americano foi submetido e a marca da forte religiosidade que tende a relacionar o destino com os desígnios divinos. No que concerne à experiência na VPR Salão, observamos que se soma a esse fatalismo de caráter sociocultural a experiência de tutela que o poder público exerce sobre esse território. Por fazer parte da política de reassentamento de populações da transposição, as Vilas Produtivas Rurais são submetidas a uma série de regras relacionadas às condições de moradia e de trabalho.

Compreendemos que, apesar do fatalismo expresso, a formação na VPR Salão foi um momento importante de participação popular e integração comunitária, mesmo que com baixa adesão, na medida em que foi possível identificar, coletivamente, no grupo, os principais desafios vivenciados, bem como traçar caminhos possíveis para o enfrentamento da realidade opressora narrada pelos/as participantes, relacionada ao controle e à negligência por parte do poder público sobre a Vila. Visualizamos que, na VPR Salão, os círculos de cultura e os registros realizados a partir deles se mostraram materiais importantes de levantamento de demandas. Nesses momentos de escuta dos/as participantes, os/as mesmos/as se mostravam angustiados/as com a situação comunitária de precarização de infraestrutura e de assistência em saúde, de impossibilidade de praticar a agricultura familiar e, sobretudo, de desmobilização política e coletiva. Ressaltamos que a dificuldade de mobilização comunitária durante a formação, e a partir dela, se configura como um entrave para a efetivação de tais planejamentos na comunidade.

Na Cooperativa Hortifruti-Granjeiro, por sua vez, observamos que a temática

central no processo de formação esteve direcionada à necessidade da aquisição de uma bomba para que o acesso à água encanada fosse efetivado na comunidade. Pois, devido às explosões para a abertura dos canais da transposição, houve rachaduras no solo do território, e, agravando a situação, a barragem próxima do local se encontra inutilizada por motivo de estar totalmente seca. Mais uma vez, percebemos o entrelace entre as obras da transposição e as ressonâncias acerca da autonomia comunitária, e como as condições básicas de trabalho se confundem com as condições de vida e sobrevivência dessas comunidades.

Diante da repetição da temática do acesso à água, ao longo dos encontros nessa comunidade, fomos percebendo que a superação desse desafio transversalizava todas as possibilidades de construção de ações em saúde para a Cooperativa Hortifruiti-Granjeiro, sendo fator imprescindível para a prática da agricultura familiar, que, por sua vez, vincula-se à geração de renda e à promoção de autonomia e saúde mental. Assim sendo, a formação nos ensinou que falar em saúde na Hortifruiti-Granjeiro, era, antes de qualquer coisa, discutir sobre as possibilidades de recuperar o abastecimento de água, ao passo em que esta era uma demanda que mobilizava toda a comunidade, como um fator essencial para a saúde no território.

Outrossim, questões semelhantes se expressaram no Sítio Cipó, sendo centrais os desafios do acesso à água e da geração de renda. Além disso, foram realçadas algumas questões geracionais, como, por exemplo: o compartilhamento de narrativas direcionadas à juventude que destacavam a fragilidade do engajamento comunitário por parte desse grupo específico; a falta de empregabilidade e oportunidades educacionais na região; a escassez de espaços de lazer; e o uso e o abuso de álcool e outras drogas. Mesmo diante dessas dificuldades, os jogos de futebol do time feminino da comunidade foram destacados enquanto espaços de encontro geracional, nos quais crianças, jovens, adultos/as e idosos/as convivem e partilham da prática esportiva como um cuidado de si e dos outros. Tendo isso em mente, na comunidade do Sítio Cipó, ficou explícito que a saúde está ligada ao direito à água, à cidadania e ao lazer, bem como aos direitos humanos e aos diversos recursos acessados nos caminhos coletivamente percorridos pelos/as comunitários/as na busca dos cuidados em saúde (FERNANDES; SANTOS, 2019).

Em relação aos processos de vulnerabilização em saúde evidenciados nas comunidades em virtude da transposição, observamos que, de fato, a desvitalização da autonomia se configura como uma repercussão comum em cenários de instalação de megaempreendimentos. Dessa forma, esse fator facilita o adoecimento das comunidades e limita sua capacidade de escolha, de reivindicação e de luta em prol de direitos negados no cenário de injustiça socioambiental em que se encontram (DOMINGUES, 2016). Nesse sentido, vemos como a saúde se manifesta como potência de ação e de transformação da realidade social, sendo compreendida de forma ética e política, partindo de uma perspectiva dialética-materialista, como aquilo que extrapola a noção biológica e se configura como possibilidade de enfrentamento das condições opressoras cotidianamente vividas (SOUZA; SAWAIA,

2016). Sendo assim, nos encontros dos círculos de cultura, os possíveis encaminhamentos, na direção da transformação da realidade, partem das próprias comunidades, quando seus/suas representantes se mobilizam enquanto agentes multiplicadores/as, ou sementes do terreno fértil que é o exercício da autonomia.

Compreendemos ainda que, para além dos potenciais desdobramentos da formação de mobilizadores/as comunitários/as em saúde, no sentido da conquista efetiva das demandas levantadas pela comunidade, toda a construção ao longo do percurso de formação se constituiu como uma ação de promoção de saúde, na medida em que promoveu possibilidades de organização social, de participação popular e de experimentação coletiva da autonomia (SANTOS, 2011). Observamos como os círculos de cultura foram uma metodologia potente de escuta e acolhimento dos sofrimentos silenciados nas comunidades, na medida em que ofereceram um espaço seguro de expressão, acolhimento e identificação, catalisado pelas experiências grupais.

Os círculos de cultura são uma possibilidade de exercício da autonomia de fala que permite que populações social e historicamente subalternizadas possam construir concepções próprias para sua realidade, ao se apropriarem das possibilidades de transformação desta, a partir de sua própria linguagem. Nesse caminho, aquele/a que Spivak (2014) denomina de subalterno/a – integrante de minorias não brancas do Terceiro Mundo – pode libertar-se do jugo e da tutela conceitual e representacional do intelectualismo ocidental e pautar suas próprias compreensões, sentidos e necessidades acerca da realidade em que se insere. Nesse viés, as ações do povo camponês em coparticipação com a equipe extensionista multiprofissional e interdisciplinar do TransVERgente, na luta pela garantia de direitos, se tornam potentes diante dos diferentes campos de formação dos/as extensionistas e da experiência do povo que habita e vivencia o território. O curso, então, se revelou não apenas como um caminho para mudanças no cenário em que essas pessoas vivem, mas, além disso, possibilitou o diálogo entre os saberes das comunidades e os da universidade.

O des-fecho: sobre a abertura para novas possibilidades de produção em saúde

Salientamos que a articulação entre equipe extensionista e povo camponês se situa como uma estratégia de convite à participação dos/as representantes legais do Estado para que acompanhem e atendam às demandas desveladas no cotidiano desse povo. Reforçamos a potência das metodologias participativas para a formação, a pesquisa e a intervenção juntamente às comunidades camponesas, ao passo em que promovem a valorização de seus saberes e das práticas locais e a interlocução destes com os saberes acadêmicos. Ademais, ressaltamos a relevância de uma atuação acadêmica que se coloque a serviço das lutas pelo acesso a direitos, em especial o direito à saúde, no contexto de territórios afetados por grandes obras.

Empreender essas movimentações contrárias ao que está estabelecido na realidade e trazer uma proposta que não parta de uma estrutura pré-estabelecida, como possibilidade de trabalho e articulação entre academia e comunidade, são de extre-

ma importância para a valorização das diversidades culturais, bem como de suma relevância para construir um fazer, independente da área de formação a qual está conectado, que é baseado na escuta da realidade que está sendo acompanhada. Assim, a tessitura das práticas consegue abarcar com maior qualidade as singularidades de cada local e contexto. Em vista disso, é necessário pontuar que, através desse acompanhamento interdisciplinar, múltiplos espaços que promoveram cuidados em diferentes aspectos foram construídos durante o curso. Nesse movimento, a atividade foi um disparador do estímulo para a luta pela garantia dos diversos direitos nas comunidades, e o desfecho do curso de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde se mostrou como uma oportunidade de acesso ao processo de exercício da autonomia comunitária, na luta coparticipativa que acontece diariamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 62, 20 nov. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em: 05 abr. 2023e

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco**. Brasília, DF: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 05 ago. 2020. Atualizado em 08 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/janssen-saiba-qual-e-o-esquema-vacinal-recomendado-para-o-imunizante>. Acesso em: 04 mai. 2023.

BRITO, L. L. Subdesenvolvimento e dependência: a crítica ao “neodesenvolvimentismo” no Brasil recente (2004 - 2016). **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 29, p. 9-38, mai./ago. 2021. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/390/pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

DOMINGUES, R. C. **A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do rio São Francisco**: o desterro na vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco). 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/33548>. Acesso em: 25 fev. 2023.

FERNANDES, S. L.; SANTOS, A. O. Itinerários Terapêuticos e Formas de Cuidado em um Quilombo do Agreste Alagoano. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 39, n. spe., 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1017128>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.

GUIMARÃES, A. G. A.; MARQUES, C.; SANTOS, S. E. B. Transposição do rio São Francisco: o padrão desenvolvimentista através de megaempreendimentos e seus consequentes deslocamentos forçados. **RIOS – Revista Científica do Centro Universitário do Rio São Francisco**, v. 15, n. 30, 2021. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/79>. Acesso em: 25 fev. 2023.

JUNIOR, E. A. F. et al. Corredores logísticos e seus efeitos sociais sobre povos e comunidades tradicionais: uma aproximação entre Brasil (corredor Carajás) e Moçambique (corredor de Nacala). In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Orgs.). **Me-gaprojetos, atos de estado, povos e comunidades tradicionais**. Cali: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2020. p. 47-72.

LANDINI, F. et al. **Hacia una psicología rural latinoamericana**. Buenos Aires: Clacso, 2015.

LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016. p. 25-44.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia**: estudos psicossociais. Tradução: Fernando Lacerda. Petrópolis: Vozes, 2017.

MORATO, H. T. P. Por entre plantão psicológico e ação cartográfica clínica pelos “caminhos de floresta”. In: CABRAL, B. E. B. et al. (Orgs.). **Prática Psicológica em Instituições**: Clínica, saúde e educação. Curitiba: CRV, 2017. p. 19-38.

SANTOS, J. C. B. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24222>. Acesso em: 08 mai. 2023.

SILVA, L. A.; BERGER, M. C. B. O debate sobre injustiça ambiental frente ao avanço da acumulação capitalista. In: IV SINESPP – Simpósio internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. **Anais [...]**. Teresina: UFPI, v. 4, n. 4, 2022. p. 3097-3916. Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/upload/anais/MTM0Nw==.pdf?023306>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SILVA, I. N. N.; GOMES, W. S. Transposição do Velho Chico: as vulnerabilizações e as barreiras de acesso à Rede de Atenção à Saúde geradas no município de Sertânia/PE. In: SANTOS, S. E. B. et al. (Orgs.). **TransVERgente**: o desafio de ver além do megaempreendimento da Transposição do São Francisco. Belo Horizonte: Dialética, 2021. p. 119-135.

SILVA, C. G.; PRADA, C. A. Saúde no campo: caminhos percorridos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, p. 50-65, dez. 2019. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/2832>. Acesso em: 08 mai. 2023.

SILVA, G.; SANTOS, S. E. S. B. “Grito da Terra”: Narrativas acerca do fenômeno da desapropriação na transposição do Velho Chico. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, n. 16, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/16434>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SOUZA, A. S. A.; SAWAIA, B. B. A Saúde como Potência de Ação: uma análise do coletivo e de Comuna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 305-320, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n37/v16n37a05.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

AGRADECIMENTOS

Ao povo camponês afetado pelas obras da transposição do rio São Francisco no município de Sertânia. À Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns e Campus Arcoverde. Ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Sertânia (SRT – Sertânia).

FONTES DE FINANCIAMENTO

O curso de Mobilizadores/as Comunitários/as em Saúde contou com o fomento do PFA/UPE (Edital da PROEC) e de uma emenda parlamentar concedida pelo deputado estadual pelo estado de Pernambuco, João Paulo (PT).

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não ter conflito de interesse.